REFLEXOS DA COVID-19 NOS RUMOS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Amanda Torquato Duarte

Prevista para ocorrer no primeiro domingo de outubro, as eleições de 2020, destinadas à escolha de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em 5.570 municípios brasileiros desencadeou diversas discussões em face ao avanço do novo coronavírus, doença respiratória aguda, caracterizada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde, que vem exigindo medidas urgentes e eficazes para evitar o colapso dos sistemas de saúde e a proteção de direitos constitucionais.

A principal polêmica envolve a necessidade do adiamento do pleito. Incertezas quanto à duração do distanciamento social e à superação da crise causam inseguranças acerca da possibilidade de cumprimento dos diversos atos previstos no calendário eleitoral. No final de março, o Partido Progressista propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (nº 6.359) perante o Supremo Tribunal Federal com objetivo de adiar os prazos para filiação partidária, domicílio eleitoral e desincompatibilização.

Contudo, a pretensão cautelar foi indeferida pela Ministra Rosa Weber ao argumento de que, especialmente em tempos de crise, recomenda-se a preservação, ao máximo, dos procedimentos ínsitos à democracia. Posicionamento semelhante ao adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em sessão administrativa do dia 19.03.2020, visto que reconhecida a possibilidade de os partidos políticos adotarem meios alternativos para assegurar a filiação partidária, como o recebimento de documentos *online* pelas agremiações.

Em 13.04.2020, a Presidente da Corte Superior Eleitoral indeferiu o requerimento apresentado pelo Senador Major Olímpio atinente ao adiamento das eleições, justificando que:

(...) ainda há plenas condições materiais de cumprimento do calendário eleitoral, calendário que, em essência, reproduz datas e prazos

estabelecidos pela legislação federal e pela Constituição da República. Assim, sob o viés jurídico, qualquer iniciativa tendente a alterar o calendário eleitoral extrapola os limites de atuação da Justiça Eleitoral¹.

Com o avanço da pandemia, diversas propostas legislativas e manifestações públicas de membros do Congresso Nacional ecoaram no universo político. As sugestões alternam entre o adiamento, por 60 a 90 dias, e o prolongamento por dois anos, com a unificação das eleições municipais às estaduais e nacionais.

Os adeptos da primeira corrente entendem ser esse o prazo mais razoável para garantia dos preceitos democráticos, enquanto defensores da segunda aludem à impossibilidade de se pensar em eleições municipais no atual cenário. Seja em função dos riscos à saúde pública com a aglomeração de pessoas em diversos atos partidários e no próprio dia do pleito, seja em razão do dispêndio de recursos públicos, que poderiam ser destinados ao combate da doença.

A possibilidade de prolongar os mandatos em curso, contudo, vem sendo alvo de sucessivas críticas. Riscos à segurança jurídica, soberania popular, paridade de armas, violação ao princípio da anualidade eleitoral – veda qualquer alteração normativa que interfira no processo eleitoral no período de um ano da data de sua entrada em vigor – e inviabilidade gerencial da Justiça Eleitoral são alguns dos óbices indicados.

O próprio Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, eleito Presidente do Tribunal Superior Eleitoral em 16.04.2020, em diversas entrevistas, vem destacando posicionamento contrário ao prolongamento dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores até 2022:

Não se pode descartar a necessidade de adiar as eleições por semanas. Mas, de preferência, que se realizem ainda em 2019, sem prorrogação

¹In:

https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=1300885&codigo_crc=B521C960&hash_download=2d855266369b15a05d747fbcf884be1e50ac2908a374d92aa32283e3353eee8cf4becce975232d726055bd16fda053e46a4c1bd2da92e5ec4cbfd272088a6cc7&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 30.04.2020.

de mandatos. A ideia de prorrogação de mandatos é aterradora. As eleições são um item vital para a democracia. Acho que, se houver impossibilidade material de realiza-las na data correta, nós devemos adiar pelo prazo mínimo indispensável para que se possa fazer as eleições sem qualquer risco à saúde pública. Aqui, é importante dizer: a saúde pública é o bem maior a ser protegido, mas logo atrás vem o respeito aos ritos da democracia².

Os temas a serem tratados nas campanhas são totalmente diferentes. A disputa nos municípios é mais voltada para assuntos locais, como transportes, planejamento da cidade e limpeza urbana. Já a eleição geral trata de temas de interesse nacional, como política econômica e programas sociais. Além disso, unir eleições locais e nacionais seria inviável operacionalmente. (...)

As eleições municipais deverão mobilizar 750 mil candidatos, cujas candidaturas precisam ser objeto de registro e que, em caso de impugnação, precisam ser decididas pela Justiça Eleitoral. Já é um número muito expressivo. Juntar a eles os questionamentos de registros de candidaturas à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas significa criar imensas dificuldades para a administração do pleito pela Justiça Eleitoral. Um verdadeiro inferno gerencial³.

Sinalizou, ainda, ser possível aguardar até o mês de junho, quando estão agendadas as convenções partidárias para escolha dos candidatos à disputa eleitoral. Durante esse período, Grupo de Trabalho, composto por representante do Gabinete da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Geral Eleitoral, Diretoria Geral, Secretaria de Tecnologia da Informação e Assessoria de Gestão Eleitoral, foi criado para compilar dados e projetar os impactos da pandemia nas atividades da Justiça Eleitoral vinculadas às eleições.

Os três relatórios semanais apresentados à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral confirmam, até o presente momento, a possibilidade de realização das eleições municipais este ano. Esse monitoramento é indispensável para evitar decisões precipitadas e destoantes dos valores democráticos. Exatamente porque o adiamento somente se justifica se houver suporte fático excepcional.

² Entrevista concedida à ISTOÉ, divulgada em 27.03.2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-ideia-de-prorrogacao-de-mandatos-e-aterradora/>. Acesso em 30.04.2020.

³ Entrevista concedida ao "O Globo", divulgado em 03.04.2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ministros-do-tse-discutem-adiar-eleicoes-para-dezembro-mas-descartam-prorrogar-mandatos-1-24348434>. Acesso em: 30.04.2020.

De todo modo, acredita-se que o cenário mais provável coincide com o adiamento da data das eleições por alguns meses, acontecendo ainda em 2020, o que evitaria o prolongamento dos mandatos vigentes, censurada por diversos especialistas e pelo novo Presidente da Corte Eleitoral.